

Por onde caminham os(as) jovens sul-americanos?

Os diálogos de uma pesquisa em rede

Conhecer as principais demandas de jovens sul-americanos, as formas de enunciação de tais demandas e as relações entre elas e as políticas públicas existentes foram importantes objetivos da pesquisa *Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*¹, que acaba de ser concluída. A investigação teve o diálogo como norteador, tanto em método como princípio. Com abordagens qualitativas e quantitativas, foram realizados entrevistas, grupos focais e de diálogo (ver box) e ouvida a opinião de 14 mil pessoas (jovens e adultos/as). A partir de ampla troca entre equipes de pesquisa e entre jovens investigados(as) foi possível chegar a dados e análises que ajudam a compreender a geração de jovens hoje na América do Sul.

A investigação foi feita a muitas mãos, coordenada por Ibase e Pólis, em parceria com uma rede de organizações - Fundación SES (Argentina), U-Pieb (Bolívia), Cidpa (Chile), Base-IS (Paraguai), Cotidiano Mujer e FCS Udelar (Uruguai) – e apoio do Centro Internacional de Desenvolvimento e Pesquisa do Canadá (IDRC). Certamente, quando se realiza uma investigação

¹ A publicação final da pesquisa, assim como todos os relatórios e publicações produzidos ao longo do estudo estão disponíveis para *download* em <www.juventudesulamericanas.org.br> e <www.ibase.br>.

em rede, cada parceiro traz uma resposta distinta sobre seus principais achados. Neste artigo, trazemos algumas reflexões sobre análises desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa.

Em uma análise geral, no século XXI, esse(a) jovem está mais conectado à internet, é menos católico que a geração anterior e mais escolarizado(a) que seus pais - ainda que muitos(as) não consigam completar o ensino médio e que “estudar e ter um diploma” permaneça como forte anseio em muitos países. Ter mais oportunidades de trabalho aparece na pesquisa em primeiro lugar, quando jovens e adultos(as) são perguntados(as) sobre o que é mais importante para a juventude hoje. No entanto, em todos os países, a educação de baixa qualidade e a violência são os maiores obstáculos para que os(as) jovens vivam melhor o presente e conquistem o futuro.

Na última fase da pesquisa, chegamos a uma lista de nove demandas que vêm sendo foco de reivindicação e debate entre jovens organizados(as) e não organizados(as)². São elas: educação com qualidade (acesso e continuidade na trajetória escolar); oportunidades de trabalho digno e criativo; acesso a bens culturais e condições para a produção artística juvenil; segurança (com respeito aos direitos humanos e valorização da diversidade juvenil); cuidado com o meio ambiente, garantindo qualidade de vida dos(as) jovens no campo e nas cidades; gratuidade no transporte público para jovens; saúde com acesso a serviços que levem em conta a atual condição juvenil; moradia (acesso a créditos específicos para habitação juvenil no campo e na cidade); e a consolidação de canais de participação de grupos, redes e movimentos de jovens nas políticas públicas.

O processo de construção de uma agenda comum para jovens sul-americanos(as) não se resume a um simples inventário de demandas e bandeiras. Durante diálogos nacionais e regional (ver box) foi possível entrever as dificuldades e possibilidades da construção social e política de tal agenda. Percebendo jovens como sujeitos políticos de direitos, é possível entender relações, embates e disputas entre concepções e prioridades. É interessante notar que muitas das questões que surgiram ao longo dos diálogos não estão apenas nos movimentos e organizações de jovens. No entanto, são elas que perpassam as dificuldades e potencialidades presentes nesses espaços.

Muitos(as) jovens participantes dos diálogos não estavam engajados em movimentos

e organizações exclusivamente de jovens. Os grupos de diálogo buscaram expressar em sua composição parte da complexidade de atores de um campo no qual coexistem e dialogam organizações exclusivamente juvenis (como as estudantis e alguns grupos culturais, por exemplo), com muitas outras nas quais as principais bandeiras e/ou identidades são permeadas pelas realidades e questões trazidas pelos(as) jovens que delas participam (movimentos e organizações feministas e de mulheres, negros/as, LGBT, rurais, sindicais e por trabalho etc.).

Juventude e participação

Os(As) jovens organizados(as) mostram-se preocupados(as) com a desmobilização da juventude como um todo e apontam como necessidade falar para além dos(as) militantes. Outras questões relacionadas à participação se referiram à relações de conflito, formação e co-ocorrência entre gerações dentro de organizações e movimentos; a necessidade, por vezes colocada em espaços institucionais, de estar em um grupo organizado e estruturado para ter direito à participação; e o papel dos(as) jovens organizados(as), que podemos chamar de “minorias ativas”, nos processos de transformação social.

Um eixo importante de investigação foram as políticas públicas de juventude. Por um lado, é possível afirmar que em muitos países e, sobretudo para especialistas e jovens organizados(as), a questão da juventude vem se consolidando na relação com o debate sobre os direitos dos(as) jovens e as políticas consideradas para essa parcela da população. A conformação desse campo não se dá pela oposição entre jovens e adultos. Ao contrário, há muitas alianças possíveis (e tensões) entre gerações. O “outro” por excelência nesse caso é o Estado e dele são exigidos os direitos – muitos apresentados pela lista de demandas da investigação - capazes de garantir qualidade de vida dos(as) jovens.

Na etapa quantitativa, ficou claro que as sociedades dos seis países acreditam que seus governos conhecem as necessidades dos(as) jovens, mas não fazem nada a respeito. Os países onde a maior porcentagem de entrevistados(as) acredita que o governo apoia e promove programas e ações para jovens foram Brasil (20%), Bolívia (26%) e Uruguai (43%)³.

Nos grupos de diálogo nacionais ficou evidente a formação de um campo em torno das políticas públicas de juventude, ainda que as histórias dos diferentes países e dos movimentos

2 As seis demandas mapeadas na primeira investigação (“Juventude e Integração Sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis”, Ibase, Pólis, 2007), que deram origem à publicação “6 demandas para a construção de uma agenda comum”, foram ampliadas a medida que outros(as) jovens foram ouvidos(as) e outras demandas mapeadas e analisadas.

3 Ao pedir que citassem espontaneamente programas e ações governamentais voltados para jovens, novamente as porcentagens foram baixas, não ultrapassando os 20% no Uruguai, 19% no Brasil, 13% no Chile, 7% na Argentina, 5% na Bolívia e 3% do Paraguai. Ainda assim, muitas das ações citadas eram, na verdade, iniciativas de organizações não-governamentais em parceria ou não com o governo e, ainda, diversas delas eram voltadas para crianças ou famílias, por exemplo, e não direcionadas a jovens.

e organizações, o tempo de existência de organismos governamentais específicos e as muitas possibilidades de relação entre eles evidenciam-se que se trata de um campo híbrido e com distintas conformações. As demandas colocadas por jovens possuem diferentes níveis de legitimidade social⁴ e as entidades governamentais que tratam das “questões da juventude” também encontram espaços diferenciados dentro dos governos. No entanto, no diálogo regional (em âmbito sul-americano) houve o reconhecimento de que, no geral, tais entidades ainda não são suficientemente fortes e legitimadas, nem para promover a participação de jovens nem para encaminhar suas demandas dentro do governo.

Diálogos em curso

O desafio de construir alianças sem eliminar diferenças se coloca hoje não só para os movimentos nos quais os(as) jovens estão, mas para a esquerda de maneira geral. Talvez o cenário do campo das políticas públicas e seus diferentes atores da sociedade civil seja um dos mais interessantes para se pensar a construção de pontes que superem fragmentações e construam alternativas. Nele, “ser jovem” está longe de ser a única identidade ou a mais mobilizadora da militância. A complexidade também está nas combinações possíveis entre identidades que mobilizam bandeiras e demandas e nas múltiplas formas de negociação das mesmas com o Estado, sociedade civil ou sociedade de maneira geral.

As estratégias para criar tais pontes são muitas e não devem ser excludentes. Ao analisar o processo do Fórum Social Mundial, o sociólogo português Boaventura de Souza Santos fala do necessário trabalho de tradução que deve ser feito entre organizações e movimentos. Para ele, a tradução deve ocorrer tanto entre saberes (conceitos de análise, princípios políticos, objetivos estratégicos), quanto no que diz respeito às ações (organização, estilos de luta e de atuação). É possível reconhecer tais dimensões do trabalho de tradução na pesquisa.

A formação de uma rede de investigação, já presente em experiências anteriores de Ibase e Pólis no trabalho com juventude, gerou um espaço de diálogo entre organizações com histórias, perfis e vocações distintas. Esse trabalho, ao longo de três anos, constituiu-se como caminho dialógico para a produção do conhecimento, ainda que sem estrada preestabelecida e considerando

a existência de um nó mais forte dessa rede, representado pelas entidades coordenadoras.

Vale ressaltar que o desejo de construir alianças sem eliminar diferenças requereu um esforço de tradução entre pesquisadores(as), com diferentes trajetórias, concepções teóricas e experiências metodológicas. A busca por uma relação mais horizontal entre pesquisadores(as) e pesquisados(as) na produção de um tipo de conhecimento engajado foi imprescindível para a realização da pesquisa. A relação de pesquisa foi, em muitos casos, uma atualização de outras relações já estabelecidas em espaços políticos de militância como conselhos, fóruns etc. No caso do Brasil, sobretudo, essa dimensão esteve fortemente presente.

Outra dimensão envolvendo o diálogo durante a investigação foi a adaptação do método para uma nova realidade de pesquisa. Dessa vez, tivemos o desafio de construir a metodologia sabendo que iríamos “colocar em diálogo” jovens com distintas trajetórias de militância que, em alguns países, já vinham se encontrando em outros espaços como assembleias, fóruns, reuniões, muitas vezes com posições antagônicas.

As práticas da esquerda e da sociedade civil organizada em geral, seus muitos fracionamentos, tensões e alianças estavam ali representadas.⁵ A metodologia dos diálogos pressupõe que seja possível ouvir o outro, seus argumentos e buscar deixar preconceitos e pré-estabelecidas de fora. Para pessoas que nunca se encontraram isso pode ser mais fácil, mas para militantes que têm na disputa de ideias a centralidade de sua ação, a questão se complexifica. Nossos cuidados ao produzir o material, já que os temas das políticas públicas, participação e articulação não eram de todo desconhecidos dos(as) jovens, foram necessários. Possíveis preconceitos já existentes, ainda que não tenham desaparecido por completo, deram espaço para um diálogo de fato. As diferenças ideológicas, sociais, políticas e morais estavam lá, e coube aos trabalhos de condução dos encontros e de análise do que foi produzido durante seu processo lidar com elas e incorporá-las como dimensões de análise.

No entanto, e o mais importante aqui, tais diferenças não inviabilizaram o encontro ou o debate. Ao contrário, os diálogos nacionais e regional foram avaliados por jovens e pesquisadores(as) positivamente e geraram informações substantivas sobre como vêm sendo construídas as relações entre sociedade civil e Estado e entre diferentes grupos e movimentos ligados à juventude, por exemplo.

4 Se pensarmos, por exemplo, nas demandas de educação, encontramos em todos os países um alto grau de apoio da sociedade a reivindicações, já sobre demandas relativas à terra e saúde sexual e reprodutiva, por exemplo, a adesão da sociedade é mais baixa.

5 Uma experiência anterior vivida recentemente pelo Ibase (a utilização da metodologia dos Grupos de Diálogo na segunda fase da pesquisa Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas, em 2008) nos fez perceber que, ainda que difícil, usar a metodologia para gerar diálogo entre militantes seria possível e desejável.

A aplicação da metodologia de diálogo pode ser uma aposta na criação de espaços de pesquisa e construção do conhecimento em que princípios orientadores do trabalho de tradução a que se refere Boaventura estão presentes⁶. Alguns aspectos podem ajudar a gerar as condições para a tradução de fato. Primeiro, o compartilhar inicial de informações, fazendo com que os(as) envolvidos(as) no processo "como pesquisados" tenham um mesmo ponto de partida. Segundo, o fato de as falas terem o mesmo peso e a insistência para que se ouça o outro sem preconceitos. Não se trata de um espaço de disputa política que resulta em posições oficiais, documentos assinados por todos(as) ou resoluções a ser encaminhadas a governos, mas de resultados que serão objeto de análise por parte de pesquisadores(as).

Esse lugar de fala para pesquisa pode ajudar a distensionar relações e ser um espaço mais aberto para buscar compreender atores que têm posições distintas em um mesmo campo político, mas que podem compartilhar ideias comuns. Reconhecer diferenças e semelhanças faz parte do método e é um exercício feito conjuntamente ao longo do dia de diálogo por participantes e pesquisadores(as).

O diálogo pode ser pensado apenas e tão somente como técnica de pesquisa, encontro entre diferentes (e em muitos casos desiguais) em um espaço "criado em laboratório" para conhecer opiniões e verificar as possibilidades

de entendimento sobre determinados temas e de mudança de certas percepções sobre eles. Mas em seu processo de construção, antes e depois do método, pode também ser percebido como um passo inicial para a criação de possibilidades de tradução entre conhecimentos, saberes e experiências.

A compreensão de lógicas culturais e políticas de ação a partir de realidades que, apesar de próximas geograficamente, são muito diversas e por vezes guardam entre si significativas distâncias culturais (se pensarmos, por exemplo, nos/as jovens indígenas organizados/as na Bolívia e no Chile ou nos/as jovens camponeses/as no Paraguai, Bolívia e Brasil e naqueles/as organizados/as nas grandes cidades) pode ser exercitada em espaços como esses. No entanto, a criação de processos de tradução não é pontual ou simples. Ela requer tempo, esforço e disponibilidade mútua. Acreditamos que processos metodológicos também podem abrir canais para a compreensão verdadeira de outras experiências preservando (e valorizando) identidades e autonomias.

Esse rico processo de pesquisa teve muitos resultados e produtos, terminou no final de 2009 e culmina agora com o lançamento do "Livro das Juventudes Sul-americanas", buscando fazer uma entre as muitas sínteses possíveis em torno das tantas descobertas feitas ao longo do processo de investigação e seus muitos resultados. ■

* **Patrícia Lânes**

Socióloga, pesquisadora do Ibase e integrante da equipe técnica da pesquisa *Juventudes Sul-americanas*

Grupo de diálogo sul-americano

Na etapa final, cerca de 40 jovens organizados(as), que participaram nos momentos anteriores da investigação, foram convidados a fazer parte de um Grupo de Diálogo Nacional, em cada um dos países pesquisados, para conversar sobre possibilidades e entraves para o reconhecimento de seus direitos e demandas, para sua participação e articulação nacional e regionalmente. Alguns(mas) foram escolhidos(as) para fazer parte do Grupo de Diálogo Regional, no Rio de Janeiro, em junho de 2009, e conversar sobre seus problemas e demandas e sobre as possíveis maneiras de as colocarem no espaço público pensando a temática da Integração Regional.

Durante os dias de encontro, muitas questões foram levantadas e continuam sendo refletidas. Até que ponto as demandas ditas "juvenis" se fundem com as demandas de outros tantos sujeitos sociais? Se as demandas juvenis fazem parte de lutas mais amplas, qual o sentido de se fortalecer organizações de jovens? Como é possível garantir que organizações e movimentos sem recorte etário incorporem as especificidades juvenis? De que maneira fortalecer diferentes demandas sem hierarquizá-las? E, ainda, como articular demandas de diferentes movimentos e organizações considerando diferenças ideológicas, religiosas e morais existentes entre elas?

O documentário *Diálogos*, dirigido por Beto Novaes e Cleisson Vidal, e produzido por Ibase e Pólis em 2009, traz algumas dessas reflexões e é produto da pesquisa *Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*. Ele mostra os(as) jovens participantes desse momento de diálogo contando suas histórias e debatendo questões que interessam à juventude hoje como educação, participação, trabalho, militância, relação entre Estado e sociedade civil e violência. Além dele, a partir de cada um dos diálogos nacionais, um filme foi produzido: uma visão possível de um momento de um processo marcado por diálogos, aproximações, dificuldades e descobertas. ■

⁶ Para ele, a tradução seria o procedimento que permitiria "a criação de inteligibilidade recíproca entre as diferentes experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, (...) sem por em perigo a sua identidade e autonomia (...)". (texto disponível em http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=432)